





INVESTIGAÇÃO DA ADC AO SISTEMA FINANCEIRO

# Suspeita de cartel na banca no centro das atenções dos deputados

Manuel Sebastião fala hoje na Comissão de Orçamento e Finanças mas não deverá comentar o tema das buscas.

**Maria Ana Barroso e Hermínia Saraiva**  
maria.barroso@economico.pt

É incontornável. O tema das investigações às suspeitas de cartelização na banca irá marcar a audição hoje, na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, do presidente da Autoridade da Concorrência (AdC). Contactados pelo Diário Económico, os vários partidos da comissão dizem querer obter esclarecimentos sobre um tema tão significativo para o sector bancário e para a confiança dos portugueses na banca nacional.

No entanto, segundo sabe o Diário Económico, Manuel Sebastião deverá resguardar-se no segredo de Justiça para não ir além dos esclarecimentos públicos já prestados pelo regulador da concorrência em Portugal. A audição deste responsável não foi originada pela actual polémica e estava, pelo contrário, já prevista "no âmbito da audição anual das entidades reguladoras" do sector financeiro, como se recorda na agenda do 'site' do Parlamento.

Seja como for, a ida de Manuel Sebastião acontece em plena polémica em torno das alegadas práticas de cartel por parte de bancos portugueses, depois de ter sido notícia na semana passada que 15 instituições financeiras foram alvo de buscas por parte da AdC, Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) e Tribunal de Instrução Criminal (TIC).

O tema ganhou ainda maior destaque depois de se ter tornado público que foi do seio do próprio sector que partiu a denúncia da alegada violação das práticas de concorrência na banca. Conforme noticiou o Diário Económico na edição de segunda-feira, a queixa foi feita pelo Barclays, através da sua

casa-mãe londrina. Esta instituição tem, em Portugal, assento na direcção da Associação Portuguesa de Bancos (APB), o representante do sector. Peter Mottek, responsável pelo grupo britânico no mercado português, é vogal na direcção de uma associação que tem defendido a forte e livre competição que existe na banca.

"Não era possível fugir ao tema", diz ao Diário Económico Duarte Pacheco, do PSD, posição corroborada por João Pinho de Almeida do CDS-PP que lembra



"Não podemos fazer de conta que não está em curso uma investigação desta dimensão, ainda mais tendo a denúncia partido de um membro da APB", diz Pedro Nuno Santos, do PS.



Duarte Pacheco, do PSD, considera "uma coincidência curiosa" o facto de esta investigação ter surgido "nas últimas semanas do actual mandato" de Manuel Sebastião.

"o impacto público" destas notícias e "o impacto que estas questões têm, em concreto, na vida das pessoas". Também Pedro Nuno Santos, do PS, diz ser esta "uma questão da máxima importância". "Não podemos fazer de conta que não está em curso uma investigação desta dimensão, ainda mais tendo a denúncia partido de um membro da direcção da APB", reforça o deputado. Duarte Pacheco mostra-se, por outro lado, surpreendido por "naquilo que nos entra pelos olhos adentro, que são os preços dos combustíveis, a AdC nunca ter encontrado nenhuma evidência da cartelização". E sublinha existir "uma coincidência curiosa" pelo facto de esta investigação ter surgido "nas últimas semanas do actual mandato". O deputado do PSD ironiza ainda dizendo: "senão, começamos a pensar que era bom que os mandatos fossem mais curtos para que a AdC actue".

Já Pedro Filipe Soares, do Bloco, lembra a importância de ser dada "uma palavra de garantia e tranquilidade para com as pessoas de que vão ser apuradas responsabilidades" e "de que estas práticas não se vão repetir".

Mais do que um partido, no caso o CDS-PP e o PSD, querem perceber junto do presidente da AdC se o quadro legislativo em vigor serve os propósitos da actuação do regulador ou se há entraves na lei que justifiquem medidas. "Parece-nos que [a legislação] é a adequada mas queremos perceber se sentiu algum constrangimento à sua actuação", explica Duarte Pacheco.

À circunstância de a audição de Manuel Sebastião acontecer dias depois de ter sido noticiado o raide aos bancos, junta-se o facto de o presidente da AdC ser ouvido a poucas semanas de terminar o seu mandato, o que acontecerá no dia 25 (ver texto ao lado). ■

## CINCO ANOS DE MANDATO



### Vantagens

Entrada em vigor da nova lei da Concorrência, com a aplicação de novos regulamentos ao sector.

Análise de operações de concentrações a funcionar de forma mais célere e previsível.



### Desvantagens

Falta de músculo no controlo de abusos de posição dominante e existência de cartéis;

Excesso de estudos sem aplicação prática

O presidente da Autoridade da Concorrência é hoje ouvido na Comissão de Orçamento e Finanças.

## Sebastião completa

O presidente da Concorrência termina o mandato a 25 de Março.

**Hermínia Saraiva**  
herminia.saraiva@economico.pt

Quando Manuel Sebastião sair esta manhã da comissão de Orçamento e Finanças terá cumprido a sua 24ª audição parlamentar. Apenas cinco, uma por cada ano de mandato, dizem respeito às audições de prestação de contas dos reguladores. O presidente da Autoridade da Concorrência (AdC), que dentro de dias deixará o cargo, é campeão das idas ao Parlamento. Quase sempre para explicar o mercado de combustíveis.

Ao fim de cinco anos, depois de ter realizado o mais aprofun-

dado estudo feito ao sector dos combustíveis, e de ter visto aprovada uma nova lei da concorrência, Manuel Sebastião arrisca-se a ficar para a história por um acontecimento que não controlou: a denúncia do Barclays que conduziu à maior operação de buscas alguma vez realizada pela AdC. Já os frutos dessa investigação ficarão para o senhor que se segue, muito provavelmente Luís Pais Antunes, tal como noticiou o Diário Económico.

No sector da Concorrência, Manuel Sebastião, que hoje dirá no Parlamento que parte com a sensação de dever cumprido e com a casa organizada, gera consensos, nem todos positivos. "O mais marcante talvez seja o bom desempenho do controlo de





João Paulo Dias / Arquivo Económico



## cinco anos de mandato com 24 presenças na AR

concentrações, mais célere, mais objectivo, mais previsível”, avalia Nuno Ruiz, advogado de Concorrência da Vieira & Almeida, que aponta “algum apagamento” em matéria de “disciplina dos cartéis e práticas restritivas da concorrência”.

“Nos últimos cinco anos a AdC foi essencialmente inexistente”, diz outro especialista da concorrência contactado pelo Diário Económico, dizendo que o actual conselho “desbaratou o que conselho anterior tinha feito”. Ainda assim, reconhece que a equipa de Abel Mateus, que antecedeu a Manuel Sebastião e montou a Autoridade da Concorrência do zero, “não era isenta de críticas”.

Para a história fica a multa de 53,06 milhões de euros aplicada

**O mandato de Manuel Sebastião ficou marcado pela polémica compra de uma casa ao então ministro da Economia, Manuel Pinho, que nomeou o presidente da Concorrência para o cargo.**

à Portugal Telecom e à Zon por abuso de posição dominante, mas que acabaria por prescrever durante o recurso interposto pelas operadoras. O caso do cartel das cantinas, que levou à condenação de cinco empresas a uma multa de 14,7 milhões de euros, também é emblemático, mas o processo ainda decorre, agora no Tribunal da Concorrência, de Santarém.

Apesar das críticas, o especialista em concorrência reconhece que existem “duas autoridades”, porque na análise de concentrações houve “uma melhoria fulgurante”, com a “AdC a estabelecer uma prática de nível internacional”. A verdade, é que Manuel Sebastião não teve em mãos casos tão mediáticos como tivera Abel

Mateus. Já em final de mandato, o Sebastião recebeu o processo de fusão Sonaecom/Zon, um dossier que não deverá trazer grandes complicações, enquanto que o mandato do seu antecessor ficou marcado pelas OPA da Sonaecom à PT e do BCP sobre o BPI.

Outro dos motivos de satisfação para o ainda presidente da AdC está no novo enquadramento legislativo e regulatório. A equipa de Manuel Sebastião contribuiu para a elaboração da nova lei que entrou em vigor em Julho do ano passado, e depois disso já fez aprovar várias regulamentações. “Houve um grande trabalho de produção de orientações e de consulta pública em diversos domínios e isso é útil”, diz Nuno Ruiz, que não deixa de criticar a

excessiva produção de estudos sectoriais, nomeadamente em matéria de combustíveis.

“A pedra de toque [de um regulador] é ter sensibilidade para identificar os sectores onde efectivamente há um problema e elaborar os estudos necessários para confirmar esse problema e avançar” com penalizações. No caso dos combustíveis, o primeiro grande dossier de Manuel Sebastião a quem Manuel Pinho, então ministro da Economia, pediu uma investigação aprofundada, o regulador concluiu, em Junho de 2008, pela não existência de “indícios de entendimento entre duas ou mais empresas do sector petrolífero”. E todos os estudos que se seguiram sublinhavam o mesmo. ■